



ENTRE AÇÕES POLÍTICO-INSTITUCIONAIS E ECONÔMICO FUNDIÁRIAS: ESTRUTURAÇÃO URBANA DE GOIÂNIA (1933-1961)

**EIXO TEMÁTICO: AS DISPUTAS DO/PELO PROGRESSO E DO/PELO
MODERNO**

PANTALEÃO, Sandra Catharinne

Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Universidade Estadual de Goiás e Pontifícia Universidade Católica de Goiás

sandra.resende@ueg.br

TAVARES, Paulo Afonso

Doutorando em História; UFG

jor.pauloafonso@gmail.com

TOMAZETT, Luana Rodrigues

Mestranda em Desenvolvimento e Planejamento Territorial, PUC Goiás

luanatomazett@gmail.com

RESUMO

O presente estudo examina o processo de estruturação urbana de Goiânia, capital planejada do Estado de Goiás, desde sua concepção em 1933 até as transformações ocorridas nas décadas subsequentes. Com base em documentação de acervos históricos e urbanísticos, o artigo propõe uma periodização para a evolução da cidade, destacando o papel de agentes públicos e privados na configuração do espaço urbano. Ao longo das décadas, fatores como a expansão demográfica, a especulação imobiliária e a migração de populações de baixa renda influenciaram a urbanização, resultando em um mosaico heterogêneo de bairros e fragmentação territorial. Além de avaliar a influência de planos como o PDIG de 1992 na coesão territorial e preservação cultural, o estudo reforça a importância de revisitar fontes documentais para entender as mudanças no tecido urbano. Esta análise contribui para o campo dos estudos urbanos ao ampliar o entendimento sobre o impacto de pressões socioeconômicas em cidades planejadas e sugere direções para políticas públicas que equilibrem expansão e preservação identitária.

PALAVRAS-CHAVE: historiografia urbana; Goiânia; Estruturação urbana; Mosaico urbanístico; Dinâmicas territoriais.

ABSTRACT

This study examines the urban structuring process of Goiânia, a planned capital of the State of Goiás, from its conception in 1933 to subsequent transformations over the decades. Based on historical and urban planning archives, the paper proposes a periodization of the city's evolution, highlighting the role of public and private agents in shaping urban space. Over the decades, factors such as demographic expansion, real estate speculation, and the migration of low-income populations have influenced urbanization, resulting in a heterogeneous mosaic of neighborhoods and territorial fragmentation. In addition to assessing the influence of plans like the 1992 PDIG on territorial cohesion and cultural preservation, the study underscores the importance of revisiting documentary sources to understand changes in the urban fabric. This analysis contributes to urban studies by broadening the understanding of socioeconomic pressures on planned cities and suggests directions for public policies that balance expansion and identity preservation.

KEYWORDS: Urban historiography. Goiânia. Urban structuring. Urban mosaic. Territorial dynamics.

RESUMEN

Este estudio examina el proceso de estructuración urbana de Goiânia, una capital planificada del Estado de Goiás, desde su concepción en 1933 hasta las transformaciones ocurridas en las décadas posteriores. Basado en documentación de archivos históricos y urbanísticos, el artículo propone una periodización de la evolución de la ciudad, destacando el papel de los agentes públicos y privados en la configuración del espacio urbano. A lo largo de las décadas, factores como la expansión demográfica, la especulación inmobiliaria y la migración de poblaciones de bajos ingresos han influido en la urbanización, resultando en un mosaico heterogéneo de barrios y fragmentación territorial. Además de evaluar la influencia de planes como el PDIG de 1992 en la cohesión territorial y la preservación cultural, el estudio subraya la importancia de revisar fuentes documentales para comprender los cambios en el tejido urbano. Este análisis contribuye al campo de los estudios urbanos al ampliar el entendimiento sobre el impacto de las presiones socioeconómicas en ciudades planificadas y sugiere orientaciones para políticas públicas que equilibren expansión y preservación de la identidad.

PALABRAS-CLAVE: historiografía urbana; Goiânia; Estructuración urbana; Mosaico urbano; Dinámicas territoriales.

INTRODUÇÃO

Este estudo busca expandir a história urbana de Goiânia, não se limitando à cidade idealizada, ao explorar a materialização de novas cidades em um contexto de modernização, frequentemente associado a regimes políticos autoritários. Nesse sentido, propõe-se uma periodização voltada para identificar permanências e transformações na estrutura urbana, além de oferecer uma análise mais detalhada das dinâmicas socioespaciais, especialmente no que se refere à expansão urbana, especulação imobiliária e crescimento demográfico.

Parte-se da hipótese de que a paisagem urbana de Goiânia foi moldada por processos distintos, nos quais transformações e permanências resultam da atuação de múltiplos agentes. Assim, pretende-se identificar **cinco momentos de maior mudança na fisionomia urbana** da cidade: **caracterizar seu “DNA” e suas mutações**, observando seus elementos de cidade nova e as ocupações não planejadas entre **1933 e 1947**; **a expansão espacial com a formação de fragmentos urbanos** por meio dos bairros aprovados entre **1947 e 1964**; **a reconfiguração do espaço através de financiamentos federais para projetos de ordenamento territorial** entre **1964 e 1975**, com a constatação da dialética entre centro e periferia; **a expansão urbana promovida por novas legislações, alterações do perímetro urbano e políticas para loteamentos periféricos** (1975-1994); e, finalmente, **o adensamento e a constituição da região metropolitana** nos últimos 30 anos. Este trabalho, em particular, foca nos dois primeiros momentos, visando uma compreensão da estruturação urbana de Goiânia por meio de um inventário do centro expandido e o papel dos bairros que o compõem. As análises apresentam o mapeamento de ações de caráter político-institucional e econômico-fundiário, que resultaram no espraiamento do tecido urbano, desfigurando o traçado planejado com a formação de uma cidade dispersa e de alcance regional e metropolitano. A periodização, nesse contexto, permitiu identificar processos específicos de uso e ocupação do solo e distintas dinâmicas urbanas, o que também evidencia uma heterogeneidade no tecido urbano atual, especialmente na ocupação dos bairros mais consolidados e próximos ao núcleo original da cidade.

Para tanto, a discussão fundamenta-se em uma abordagem histórico-geográfica, visando caracterizar a estrutura urbana de Goiânia ao longo do tempo e observar as particularidades de sua história urbana. A pesquisa, de natureza quali-quantitativa, adota os aspectos indicados

por Vasconcellos (2010), como: a) examinar as continuidades e grandes rupturas de acordo com eventos históricos, para atestar a periodização de longa duração da cidade; b) analisar as contingências históricas de cada período, destacando as correlações de fatos em diferentes escalas que impactam essas rupturas ou continuidades, envolvendo os diversos fenômenos urbanos; c) examinar agentes externos e locais que influenciaram a modelagem da cidade, evidenciando seu papel e impacto em cada período; e d) observar o desenvolvimento espacial da cidade em cada período proposto, por meio da cartografia original e iconografia associadas a fontes escritas, preferencialmente primárias, para identificar os principais vetores de expansão conforme o crescimento urbano. Soma-se a esses aspectos a análise da ocupação urbana e a atuação dos agentes produtores do espaço urbano, como considerados por Daher (2003): poder público, proprietários fundiários, agentes loteadores e “agentes invasores”.

Além desses atores, considera-se relevante a revisitação de fontes históricas, especialmente de acervos públicos e particulares, com destaque para arquivos de arquitetura e urbanismo, com o objetivo de identificar os principais agentes envolvidos nessas transformações. As políticas urbanas adotadas nas esferas estadual, municipal e, posteriormente, federal, foram fundamentais para a consolidação do espaço urbano de Goiânia, além de revelar os profissionais envolvidos nesse processo e as ideias que circularam entre as décadas de 1950 e 1960.

DO PLANO PILOTO DE ATTÍLIO CORREA LIMA E IDENTIDADE ART DÉCO À FORMAÇÃO DE SUBCENTROS EM GOIÂNIA

A história de Goiânia antecede sua própria fundação simbólica em 24 de outubro de 1933. A ideia de construção da nova capital começou a tomar forma com a definição do sítio pela comissão liderada pelo interventor da época, Pedro Ludovico Teixeira. No relatório apresentado no ano anterior, foram detectados problemas físico-territoriais da antiga capital – Vila Boa e a necessidade de associar a fundação de uma cidade nova aos princípios de modernidade: definir um sítio com condições salubres além de evitar uma desordem na ocupação do espaço urbano. Para isso, foram elaborados diversos decretos, sendo o primeiro deles o decreto nº 2.737, de 20 de dezembro de 1932, que definiu a comissão responsável

pela escolha do local. Em seguida, o decreto nº 3.359, de 18 de maio de 1933, detalhou o sítio de implantação, sua articulação com as cidades já existentes e a delimitação de seus limites, estabelecendo a área adquirida pelo Estado para a construção da nova capital, composta por partes das Fazendas Crimeia, Vaca Brava e Botafogo (Figuras 1 e 2).

Figura 1: Mapa de localização da nova capital no sítio selecionado: presença de recursos hídricos e de infraestrutura



Fonte: Ribeiro, 2004.

Figura 2: Decreto-Lei 3.359: delimitação do sítio de implantação de Goiânia e inserção interurbana



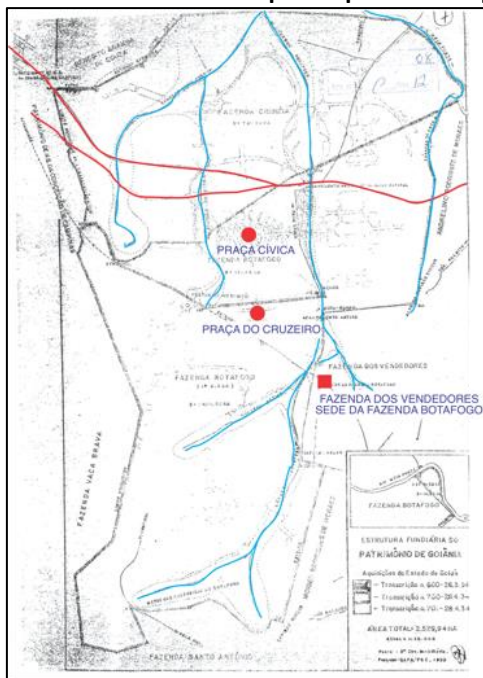
Fonte: Pantaleão, 2022.

Mendonça (2008) destaca que o decreto nº 3.359 foi o instrumento legal que viabilizou a transferência, além de prever garantias para a salvaguarda de Vila Boa. Entre as ações, foram definidos meios para evitar sua decadência e promover sua proteção, sendo essencial a manutenção dos estabelecimentos de ensino, o que resultou em um “mudancismo condicionado”: construir a nova capital sem destruir a cidade existente. Para isso, com a promulgação da Constituição Estadual de 1935, estipulou-se o prazo de dois anos para a

transferência da sede do governo e a definição do sítio. Assim, a transferência oficial da capital ocorreu por meio do decreto nº 1.816, de 23 de março de 1937.

Armando Augusto de Godoy, em seu relatório apoiou a mudança da capital e sugeriu que o plano levasse em conta as ideias de urbanismo em voga na época, em especial os conceitos de cidade-jardim, que integram atividades urbanas e rurais na organização territorial. Ele também recomendava a venda de terras pelo poder público para estabelecer aspectos urbanísticos modernos e controlar o assentamento populacional. Além dessas considerações urbanísticas, Godoy destacou as condições climáticas, topográficas e hidrográficas favoráveis do sítio, sua proximidade com a linha férrea e sua localização na área mais habitada do Estado, com os recursos necessários para a construção da nova capital. Suas considerações foram incorporadas na escolha do sítio e, em 18 de maio de 1933, o Decreto nº 3.359 estabeleceu o local para a nova capital de Goiás, definindo também os elementos básicos para elaboração do plano urbano. O Estado adquiriu áreas das Fazendas Crimeia, Vaca Brava e Botafogo, pertencentes ao município de Campinas, situadas às margens do Córrego Botafogo (figura 3).

Figura 3: Delimitação do Patrimônio Goiânia – área adquirida pelo Estado para construção da nova capital



Fonte: Pantaleão, 2022.

A estruturação urbana de Goiânia resulta da atuação de diversos atores envolvidos na produção do espaço urbano. Inicialmente, o poder público estadual, por meio do Decreto Estadual de 18 de maio de 1933, estabeleceu normas para a implantação da nova capital do

Estado de Goiás nas áreas adquiridas pelo governo, constituídas por fazendas localizadas no município de Campinas. Esse decreto definiu que a zona urbana — composta pelos Setores Norte e Central — estaria sob a jurisdição do Governo do Estado, enquanto as áreas suburbanas e rurais ficariam sob a administração municipal. Essa divisão de responsabilidades entre os agentes públicos provocou disputas e pressões de outros atores na produção do espaço urbano, influenciando diretamente a configuração urbana de Goiânia.

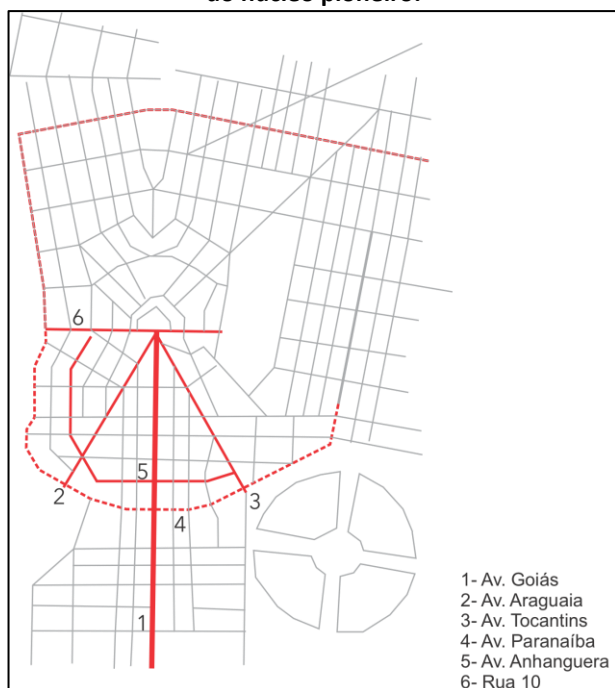
Além desses aspectos locais, Goiânia foi concebida como uma experiência de urbanismo moderno, refletindo os ideais e proposições de Atílio Côrrea Lima tanto na escala urbana quanto na edificação. Embora ele tenha se afastado do projeto em 1935, sua marca permanece evidente na área central, onde seu plano urbanístico academicista, com influências modernas, se destaca (Diniz, 2021). Segundo Manso (2001), o sítio escolhido apresentava pouca declividade, o que facilitou a implantação de ruas direcionadas ao Centro Administrativo e à principal praça da cidade — a Praça Cívica, localizada na confluência das Avenidas Araguaia e Tocantins, com vias diagonais e, ao centro, a Avenida Pedro Ludovico, atual Avenida Goiás. Para restringir o tráfego de veículos pesados, foi projetada a Avenida Paranaíba, uma via em curva para impedir a circulação desses veículos na região (Figura 4).).

Daher (2009) destaca que a construção de Goiânia, além de seus elementos urbanísticos modernos, foi inspirada em modelos europeus específicos. Atílio Corrêa Lima associou-se ao urbanismo francês, enquanto Armando Augusto de Godoy influenciou a reformulação do Setor Sul com as premissas das cidades-jardim, remetendo às práticas anglo-saxãs. O estilo Art Déco, emergindo como a principal estética arquitetônica, reforçou o contexto da época sob a égide do Estado Novo (Pantaleão, Tavares, Myssen, 2023).

Assim, o Art Déco tornou-se símbolo do “desejo de modernidade” e ganhou força identitária com o tombamento do acervo arquitetônico e urbanístico de Goiânia, solicitado pela Prefeitura ao IPHAN em 2003. Segundo os autores, a preservação em nível federal foi justificada pelo reconhecimento desse patrimônio como representativo da história e concepção da nova capital, “[...] calcada pela efervescência do pensamento moderno e a prospecção de futuro em busca de melhores condições de vida [...]”. Os primeiros edifícios públicos da cidade, como o Grande Hotel, o Palácio do Governo e a residência de Pedro Ludovico Teixeira, fundador da capital, foram construídos sob a orientação de Atílio Corrêa

Lima e refletem o estilo Art Déco. Esses edifícios, juntamente com outros dezenove bens imóveis, compõem o conjunto referendado no Processo 1500-T-2002 (IPHAN, 2003), formando o Acervo Arquitetônico e Urbanístico Art Déco de Goiânia, que também inclui o traçado do núcleo pioneiro e de Campinas (figura 5).

Figura 4: Plano Piloto para Goiânia 1933-35, proposto por Atílio Correa Lima com destaque às vias principais do núcleo pioneiro.



Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Figura 5: Bens tombados e constituintes Acervo Arquitetônico e Urbanístico Art Déco de Goiânia.



Fonte: Valim (2018).

O governo estadual planejou a ocupação da área urbana nos Setores Norte e Central. No entanto, esse controle foi rompido pela atuação de loteadores, proprietários de terra e pela tripla atuação de Jerônimo Coimbra Bueno. Ao assumir o governo do Estado de Goiás em 22 de março de 1947, ele exerceu influência em três frentes: como líder político, facilitou a expansão da cidade modificando a legislação; como responsável pela ampliação da área urbana, incorporou áreas suburbanas e rurais ao perímetro urbano, permitindo a atuação dos agentes loteadores e proprietários de terra; e, por meio da empresa Coimbra Bueno & Cia, participou da construção e venda de lotes do Estado. Essa atuação se consolidou com o decreto-lei nº 574, de 12 de maio do mesmo ano, que ampliou a área de atuação do Estado e instituiu o Código de Edificações de Goiânia, consolidando a legislação urbana (Lei de

Zoneamento, Lei de Loteamentos, Lei de Uso e Ocupação do Solo) e os parâmetros para parcelamentos e ocupação dos lotes.

Para Pantaleão (2022), essa legislação incentivou a expansão do espaço urbano, aprovando novos loteamentos em um raio de 15 km, substituindo os 4 km originalmente previstos na planta de urbanização de 1938. A partir disso, a dinâmica econômico-fundiária passou a prevalecer sobre as ações político-institucionais nas décadas de 1950 e 1960. Esse processo foi intensificado pela migração, superando a população inicialmente prevista de 50 mil habitantes. Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1970), a população de Goiânia chegou a 133.462 pessoas em 1960 e foi estimada em 260.000 habitantes em 1964.

Esse rápido crescimento urbano e populacional exigiu novas estratégias para organizar e desenvolver uma capital em constante transformação, à medida que os diversos agentes, conforme assinalado por Daher (2003), se estabeleceram como os principais produtores do espaço urbano. Ao longo de nove décadas, Goiânia superou os limites previstos em seu plano inicial, com sua ocupação marcada por intensas transformações e expansão da área destinada à implantação original. A constituição da forma urbana de Goiânia é, portanto, decorrente de um processo de produção do espaço urbano entremeado por ações político-institucionais, econômico-fundiária e socioespacial, indicando a fragmentação do território.

A intensificação desse crescimento urbano destacou a necessidade de ordenamento, especialmente considerando o princípio da função social da propriedade estabelecido pela Constituição de 1988 — um objetivo que, no entanto, ainda não havia sido plenamente alcançado no início dos anos 1990. Reconhecendo a importância da identidade histórica e cultural de Goiânia, o tombamento do acervo Art Déco solicitado ao IPHAN em 2003 complementa as diretrizes do PDIG de 1992, que já visavam a preservação do núcleo pioneiro como símbolo da modernização inicial da cidade. Ao propor o conceito de “a cidade que queremos”, o PDIG analisou Goiânia a partir de uma perspectiva histórica para projetar seu crescimento de forma ordenada e sustentável no século XXI, identificando o núcleo pioneiro e o Centro Expandido como áreas prioritárias para a revitalização.

Ademais, o documento orientador do PDIG de 1992 consolidou o protagonismo do poder municipal no direcionamento do crescimento urbano de Goiânia. Elaborado por técnicos do

IPLAN em parceria com pesquisadores locais, o plano reforçou a autonomia municipal no planejamento urbano e incorporou colaborações para estabelecer diretrizes de longo prazo. Os esforços desse grupo permitiram mapear as condições históricas de desenvolvimento e crescimento urbanos bem como indicaram peculiaridades de determinadas áreas da cidade, referenciando o trabalho de Sergio Moraes (1991). Pela primeira vez, a dimensão histórico-cultural do núcleo pioneiro foi incorporada ao diagnóstico de crescimento da cidade, e o PDIG possibilitou a criação de áreas de Proteção Histórico-Cultural.

O PDIG foi regulamentado pela lei complementar nº 015 de 30 de dezembro de 1992¹ em que foram definidas: as diretrizes de desenvolvimento para o município de Goiânia, a Política Urbana e aprovação do Plano Diretor. Dentre as diretrizes gerais, destaca-se a proteção, preservação e recuperação do patrimônio histórico, artístico e cultural. A estrutura urbana adotada tem como base tais diretrizes, em consonância com a revitalização das áreas centrais, reconhecendo sua importância histórico-cultural e suas dimensões econômicas e paisagísticas.

Embora tenha sido um documento detalhado sobre a cidade e seus processos de crescimento e expansão urbana, o PDIG não incluiu a configuração dos bairros nem a dinâmica urbana representada por mapeamentos da ocupação nas primeiras décadas de Goiânia. Parte dessas lacunas pode ser explicada pela tensão entre os poderes municipal e estadual quanto às responsabilidades na urbanização da nova capital. O projeto de transferência ficou a cargo do Estado, que delegou pouca ou quase nenhuma responsabilidade à administração municipal. Como explica Mota (2004), a prefeitura de Goiânia gradualmente obteve maior autonomia em relação ao Estado, assumindo a responsabilidade pela urbanização, conservação e cadastro imobiliário da cidade a partir do Decreto Estadual nº 164 de 1961 (Goiânia, 1992). Mesmo sendo responsável pela urbanização de Goiânia, a prefeitura permaneceu subordinada ao Estado devido às limitações orçamentárias e financeiras. Assim, o Departamento de Viação e Obras Públicas (DVOP) contratou o arquiteto Luís Saia para elaborar diretrizes que ordenassem o solo urbano no início dos anos 1960. Esse foi o primeiro plano diretor elaborado para a cidade após quase três décadas, retomando a dimensão do

¹ Em seu artigo 7º define que Plano Diretor é o instrumento básico da Política Urbana e orienta a atuação dos agentes públicos e privados na gestão da cidade.

planejamento urbano. Ainda que sua proposta não tenha sido implementada, ela abordou aspectos históricos, metodológicos e administrativos, além de identificar barreiras, polarização/atração e homogeneização da estrutura urbana. Em seu diagnóstico, Saia destacou a necessidade de recuperação dos fundos de vale, preservação e valorização do núcleo central, bem como a implantação de equipamentos urbanos e o reordenamento do uso e ocupação do solo.

No entanto, como também observa Mota (2004), faltavam técnicos para compor os quadros administrativos do município e órgãos voltados ao planejamento urbano. Esses recursos só foram consolidados com o PDIG de 1969, formalizados em 1975 com a criação do IPLAN e, em nível estadual, pelo Instituto de Desenvolvimento Urbano (INDUR) visando atender às recomendações federais. As ações desse período concentraram-se em identificar os processos de metropolização – definindo o aglomerado urbano de Goiânia e a implantação do sistema de transporte com intervenções no sistema viário e a alteração do zoneamento por meio da lei n. 5019 de 08/10/1975.

O documento incluiu a identificação de vazios urbanos e as condições de urbanização das áreas ocupadas, proporcionando uma visão integrada da cidade e das ações dos diversos atores ao longo do tempo. Durante a década de 1970, acompanhando o movimento nacional de institucionalização do planejamento urbano (Leme, 1999), o município aprovou várias legislações para atender às diretrizes propostas pelo PDIG de 1968 (Goiânia, 1969).

Ao longo dos anos 1970-90 que precederam a consolidação da legislação urbana como parte das atribuições do município, foram elaboradas diversas leis municipais e estaduais com o intuito de melhorar as condições de infraestrutura urbana e possibilitar o crescimento ordenado da cidade, ainda que centrado na expansão da área urbana.

Nesse sentido, observa-se a ação articulada do Estado com empreendedores imobiliários, detentores de áreas ainda não parceladas e entremeadas entre as áreas ocupadas, fossem elas formais ou informais. Esse pode ser considerado o primeiro momento em que as ações administrativas voltaram-se para a melhoria da qualidade do ambiente urbano em que os entes federativos colaboraram entre si para promover os objetivos identificados por Wilhelm e sua equipe no Plano Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG) de 1969.

Esse processo histórico que correlaciona ocupação e expansão urbana às legislações urbanísticas retrata o diagnóstico desenvolvido pelos técnicos do IPHAN no início dos anos 1990. Dessa forma, o PDIG apontou os desafios urbanos associados à expansão territorial, reconhecendo a fragmentação e o esgarçamento do território que extrapolava os 15 km, impactando o desenvolvimento da área urbana até 1990 (Figura 6).

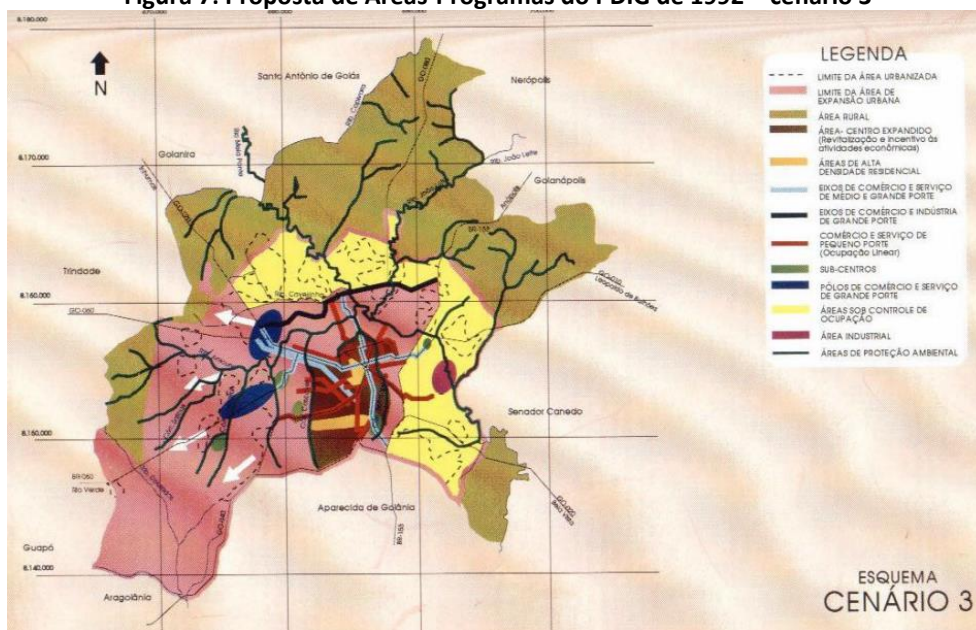
rurais.



Fonte: Goiânia, 1992.

Ao documentar o processo de crescimento de Goiânia e sua consolidação como polo regional, o PDIG identificou subcentros como áreas-programa (Figura 7) e projetou cenários futuros para a cidade. Entre esses, destacou-se o cenário considerado mais adequado para a estrutura funcional de Goiânia, aquele que absorveria as tendências do período e controlaria o crescimento e a expansão urbana.

Figura 7: Proposta de Áreas-Programas do PDIG de 1992 – cenário 3



Fonte: Goiânia, 1992.

De modo geral, a proposta identifica características da cidade e enfatiza áreas específicas, como o Jardim Goiás — um polo secundário de comércio e serviços, cuja criação foi impulsionada pela presença do shopping center Flamboyant em meio a glebas vazias. Esse desenvolvimento incentivou a descentralização das atividades econômicas, contribuindo, em parte, para o esvaziamento das áreas centrais e induzir o crescimento no sentido sudoeste, com infraestrutura estabelecida desde o PDIG de 1969.

Em outras palavras, houve o delineamento para programas específicos e estratégicos para essas “partes do território”, visando sua dinamização. Também foram definidos como Área-Programa, o Centro histórico e o Centro Expandido:

[...] por suas qualidades morfológicas deverá ser objeto de preservação e revalorização, e pelas múltiplas funções que abriga deverá ser objeto de um amplo programa de revitalização, consolidando-lhe o papel simbólico e econômico de “core” da aglomeração regional. Complementarmente à área do Plano de Atílio Correia Lima, o Centro Expandido, definido anteriormente neste relatório, apresenta

duas áreas de peculiar importância para sua dinamização o Setor Norte-Ferroviário (e adjacências) e Campinas. (Goiânia, 1992, p. 51)

Ao consolidar as diretrizes para o desenvolvimento urbano de Goiânia, o PDIG de 1992 reconheceu as múltiplas camadas históricas que configuraram a cidade e enfatizou a importância de preservar a identidade do núcleo pioneiro, onde o Art Déco se destaca como símbolo da modernização inicial, mesmo apontando aspectos econômicos como orientadores de possíveis intervenções.

A partir de uma análise histórica e prospectiva, o PDIG buscou organizar o crescimento da cidade, valorizar suas raízes culturais, em que é possível observar preocupações em estabelecer um elo entre o passado e as necessidades urbanas do século XXI. Com a projeção de subcentros e a definição de áreas-programa, o PDIG propôs estratégias que, além de orientar o crescimento, visavam fortalecer a coesão territorial e revitalizar áreas centrais.

Dessa forma, a estruturação urbana de Goiânia, que parte do plano de Atílio Correa Lima e se desdobra em processos marcados pela ação de agentes diversos, reflete uma cidade em constante transformação. No entanto, a formação de uma paisagem heterogênea e a fragmentação do território apontam para a necessidade de novos mecanismos de planejamento que considerem tanto os interesses econômicos quanto a preservação da identidade cultural. Na seção seguinte, é explorada a formação dos bairros e o mosaico urbano resultante dessas dinâmicas, analisando como as intervenções urbanas e as pressões fundiárias moldaram a fisionomia atual de Goiânia e as tensões em seu espaço urbano.

MOSAICO URBANÍSTICO E FRAGMENTOS TERRITORIAIS: FORMAÇÃO DA PAISAGEM HETEROGÊNEA A PARTIR DOS BAIRROS

A formação da paisagem urbana de Goiânia reflete um mosaico de intervenções e interesses que foram se consolidando desde o plano inicial de Atílio Corrêa Lima aos dias atuais. Cada bairro traz em si a marca de diferentes períodos e agentes — desde loteadores e investidores até as ações do poder público e de moradores. Esse processo resultou em uma paisagem heterogênea e fragmentada, na qual coexistem áreas planejadas e expansões espontâneas, evidenciando as tensões entre a modernização e a preservação da identidade cultural.

Nesta seção, considera-se o estudo da estruturação urbana por meio dos "fragmentos territoriais" — os bairros que moldaram a configuração de Goiânia, com uma atenção especial

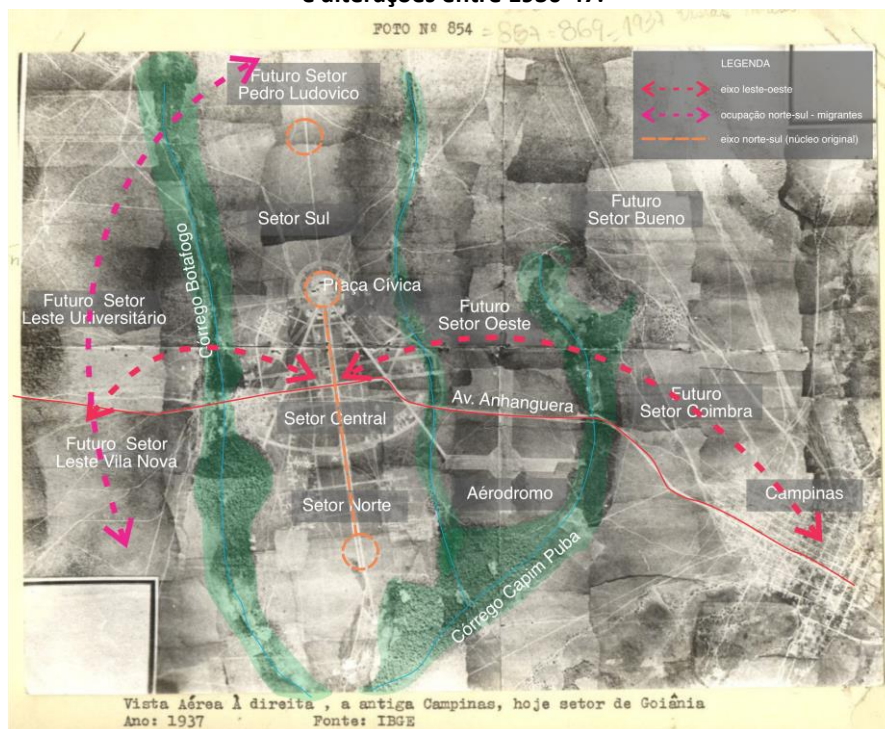
para o impacto das pressões fundiárias e das políticas de uso e ocupação do solo. Ao analisar a formação dos bairros, busca-se compreender como as dinâmicas urbanas e as intervenções dos diversos agentes produziram um espaço urbano espraiado e fragmentado.

Bairros, por sua natureza, é uma instância territorial local em que se expressam a vida e relações cotidianas. A delimitação dos bairros ocorre por meio de ações político-institucionais e a carga-histórica, social e cultural que os encerra. É considerado a unidade mínima de urbanização, reforçando a escala intraurbana o que possibilita analisar a cidade, pois permite compreender os conflitos e pactos entre os agentes que moldaram a própria cidade. Com isso, há uma heterogeneidade de aspectos presentes nesta unidade espacial, já prevista nos conceitos modernistas.

Em Goiânia, os bairros assumem também os limites entre as propriedades antes rurais e aquelas áreas adquiridas pelo estado para urbanização da nova capital à medida que foram incorporadas às zonas urbanas e suburbanas, tornando-se aptas ao parcelamento. A estruturação urbana da cidade insere-se nessa dinâmica tendo como marco temporal 1942 com a solenidade de inauguração oficial da cidade via Batismo Cultural (Pantaleão, 2023). Ademais, consideram-se os primeiros parcelamentos como elementos indutores do crescimento da cidade, inicialmente sobre o eixo leste-oeste, acompanhando a própria Avenida Anhanguera e, posteriormente, a ocupação norte-sul, notadamente a partir dos anos 1960, com a criação de bairros operários, visando a regularização de áreas a leste do Córrego Botafogo e a sul do plano original (Figura 8).

A expansão de Goiânia entre 1945 e 1961 foi marcante (figuras 9, 10 e 11), impulsionada por investimentos em infraestrutura que possibilitaram a conexão entre os diversos bairros aprovados. Esse desenvolvimento induziu o crescimento urbano ao mesmo tempo em que promoveu a integração das áreas ocupadas, resultando em uma ocupação orientada predominantemente por interesses econômico-fundiários, mais do que por diretrizes político-administrativas. Diferente do plano original, cujas extensões eram mais articuladas, a malha urbana que surgiu dessa expansão, composta pela soma de áreas parceladas tanto pelo poder público quanto por agentes loteadores, formou uma espécie de "colcha de retalhos" (Figura 11).

Figura 8: Demarcação do sítio de implantação da cidade localizado entre os Córregos Capim Puba e Botafogo e alterações entre 1930-47.



Fonte: Pantaleão, 2022.

Figura 9: Loteamentos aprovados até 1945, com destaque às áreas não previstas na planta de 1938. A oeste (em amarelo), Campinas e as áreas privadas; a leste, área do Estado regularizando diversos assentamentos informais.

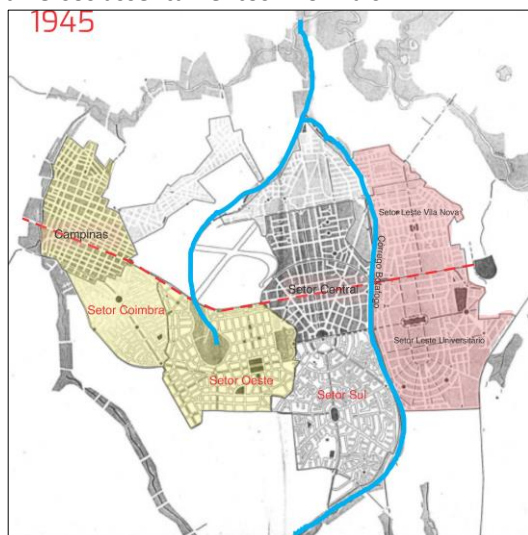


Figura 10: Loteamentos aprovados até 1954, com destaque às áreas não previstas na planta de 1938. A oeste (em amarelo), Campinas e as áreas privadas; a leste, área do Estado regularizando diversos assentamentos informais.

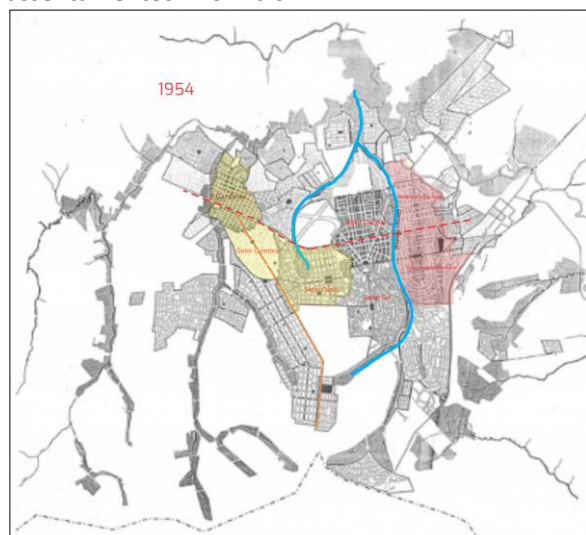
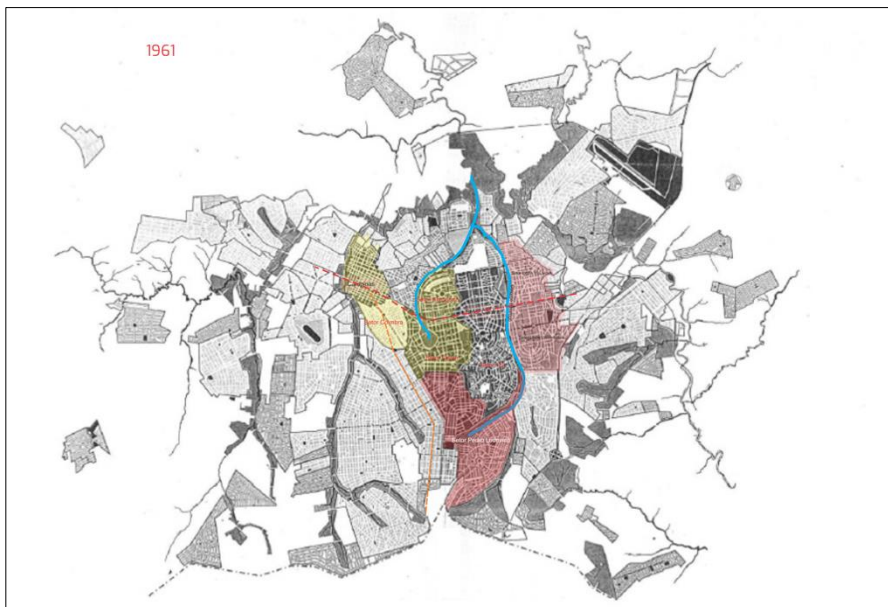


Figura 11: Loteamentos aprovados até 1961, com destaque às áreas não previstas na planta de 1938. A oeste (em amarelo), Campinas e as áreas privadas; a leste, área do Estado regularizando diversos assentamentos informais (em vermelho).



Fonte: Pantaleão, 2022.

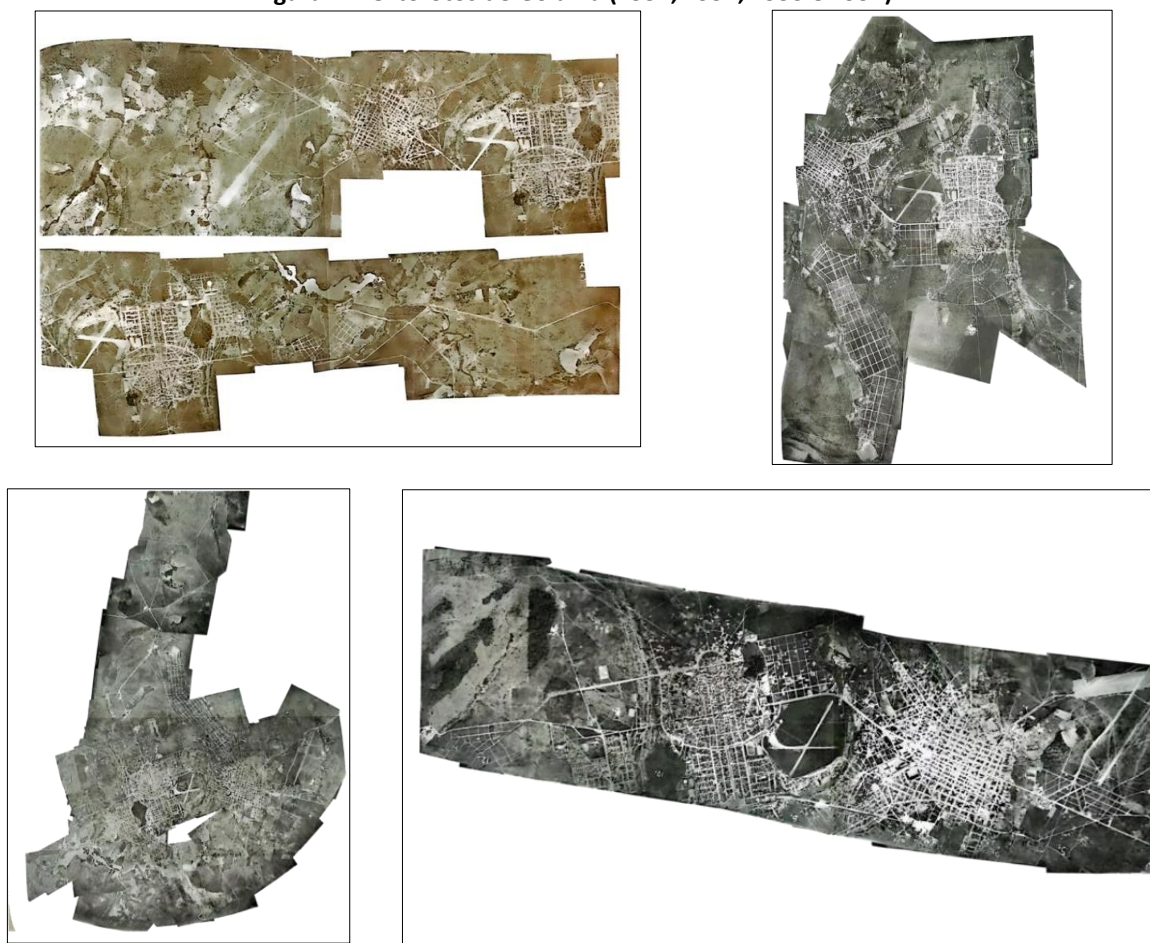
Nota-se um processo gradual de ocupação urbana em Goiânia, refletindo o impacto dos parcelamentos e infraestrutura implantada. Em 1945, observa-se uma configuração inicial com setores relativamente isolados, como o Setor Coimbra, Setor Oeste e Setor Leste, separados por áreas ainda não urbanizadas. A infraestrutura básica permitiu o surgimento de alguns bairros, mas a cidade permanecia concentrada em torno do núcleo central. Nessa fase, a ocupação ainda estava alinhada com o plano inicial de Atílio Corrêa Lima, embora o processo de loteamento já começasse a expandir a área urbanizada de forma independente, com bairros surgindo ao redor do núcleo central.

Entre 1954 e 1961, a cidade passou por um crescimento significativo, com a expansão dos setores existentes e a ocupação de novas áreas a partir de novas vias de acesso. Em 1954, o desenvolvimento urbano intensificou-se com novos parcelamentos, que começam a conectar áreas anteriormente isoladas. Em 1961, o processo de ocupação já mostra uma malha urbana fragmentada, composta por setores não planejados que se expandem além das fronteiras originais. Essa configuração reflete uma ocupação orientada por interesses econômico-fundiários, com os agentes loteadores definindo novos territórios urbanizáveis, contribuindo para a fragmentação do tecido urbano.

Percebe-se, desse modo, a ocupação descontínua da cidade, fruto da ação dos diferentes agentes na produção do espaço urbano. A região entre o centro de Goiânia e Campinas

recebeu maiores investimentos em infraestrutura urbana, mediante a dupla atuação da empresa Coimbra Bueno à medida que coordenava a construção da cidade e regulamentava o parcelamento de novos loteamentos e a venda dos lotes das áreas pertencentes ao Estado. Os bairros, nesse contexto, tornam-se a unidade espacial fundamental para a constituição da forma urbana da cidade, como observado nas aerofotogrametrias dos anos 1950 (figura 12).

Figura 12: Ortofotos de Goiânia (1951, 1952, 1953 e 1954)



Fonte: Daher (2003)

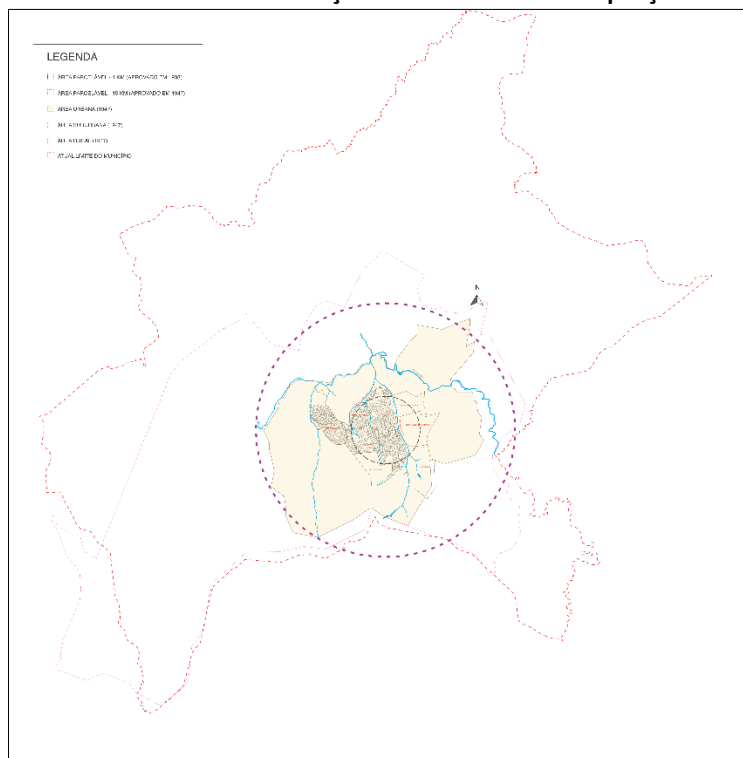
O mosaico de bairros que foram formados ao longo dos anos 1950-60 indica a tensão entre dois entes públicos – prefeitura e estado, devido à necessidade de infraestrutura e a expansão contínua da cidade pressionando a administração municipal. Essa multiplicidade de áreas ocupadas também refletem a atuação dos agentes na produção do espaço urbano: agentes loteadores, proprietários de terra e a atuação de Jerônimo Coimbra Bueno e sua empresa. A expansão urbana de Goiânia a partir de 1947 foi profundamente influenciada pela atuação de agentes públicos e privados, marcada pela ampliação do perímetro urbano e pela

flexibilização das diretrizes iniciais de ocupação. Houve uma rápida ocupação de áreas suburbanas e rurais sendo incorporadas ao tecido urbano, favorecendo a atuação de agentes loteadores e proprietários de terra, que direcionaram o crescimento da cidade em grande medida pelos interesses econômico-fundiários.

Essa reorganização territorial, aliada a uma intensa migração e ao aumento populacional — que superou rapidamente a previsão inicial de 50 mil habitantes —, transformou Goiânia em uma cidade em constante mutação. Em consequência ocorreu a formação de subcentros e a fragmentação da malha urbana, impondo novos desafios para a organização do espaço urbano. Ainda que a estrutura original planejada buscasse uma ocupação ordenada, a intensa pressão econômica sobre o território gerou uma configuração urbana heterogênea, onde se mesclam áreas planejadas e expansões espontâneas, refletindo uma Goiânia que continuamente redefine seus limites e suas características urbanas.

As mudanças mais profundas na estrutura urbana ocorreram pelo decreto nº 574 de 1947 ao definir a área urbana da nova capital para além dos limites iniciais de 1938 – ampliação do perímetro de 4KM para 15Km a partir da Praça Cívica (figura 13).

Figura 13: Decreto nº 574 de 1947: delimitação da zona urbana e ampliação da zona suburbana.



Fonte: Pantaleão, 2022.

Esse decreto foi seguido pela aprovação de inúmeros bairros na década seguinte, ainda que as plantas de parcelamento não tenham sido apresentadas de imediato. Esse processo de detalhamento coube ao topógrafo Ewald Janssen², que mapeou o Setor Pedro Ludovico e outras áreas, contribuindo para o cadastro fundiário da cidade.

Cruz (2021) destaca que Ewald Janssen foi responsável pela demarcação e reurbanização de diversos loteamentos em Goiânia, criando ou redefinindo bairros que, em muitos casos, não estavam contemplados no Decreto nº 574. Esses loteamentos refletiam interesses dos agentes loteadores e proprietários de terra, contribuindo para o espraiamento urbano e a criação de vazios urbanos. Janssen também buscou formalizar um levantamento detalhado das áreas do Estado, gerando um conjunto de plantas cadastrais que incluía bairros como Sul, Oeste, Pedro Ludovico/Marista, Leste Universitário e Leste Vila Nova³.

Além desses, outros bairros na zona suburbana, pertencentes a particulares, foram incorporados: Jardim Petrópolis, Jardim Europa, Jardim América, Parque Amazônia, Bueno, Novo Mundo, Vila Moraes, Jardim Guanabara, Bairro Feliz, Jardim Planalto, Jardim Helvécia, Jardim Pompeia, Vila Boa e Parque Oeste Industrial. Sua atuação, portanto, foi além do ordenamento territorial, também favorecendo os interesses do mercado imobiliário e promovendo a expansão do espaço urbano.

Paralelamente, uma "outra cidade", não reconhecida nos planos de 1938 e 1947, emergia, marcada por disputas e ocupações irregulares. A regularização de áreas a leste do plano original implicou em remoções, deslocando migrantes para a região sul, na área da Fazenda Macambira, hoje conhecida como Setor Pedro Ludovico. A migração de nordestinos em busca de melhores condições de vida e a recente construção de Brasília aumentaram a atratividade de Goiânia, reforçando o crescimento populacional e a expansão urbana.

² Ewald Janssen foi convidado em 1948 pelo governador Jerônimo Coimbra Bueno para trabalhar na Superintendência de Obras Públicas do Estado de Goiás após a indicação de outro engenheiro alemão atuante na cidade – provavelmente José Neddemeyer.

³ A cartografia desses bairros e os dados de cada um deles compõem o acervo *Ewald Janssen* do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás. No acervo tem-se quase dois mil documentos, entre manuscritos, plantas de urbanização, imagens e anotações de campo que revelam a produção do espaço urbano de Goiânia nas décadas de 1940-60.

Na região leste (Vila Nova e Setor Leste Universitário), as ocupações irregulares se consolidaram em meio a conflitos com o Estado, contrastando com a situação observada na região sul, onde a ocupação ocorreu de maneira aparentemente mais pacífica e com o apoio governamental (Costa, 2016). Na região sul, o Estado incentivou a ocupação por meio de políticas públicas, favorecendo a atuação de diferentes agentes com interesses diversos e culminando em menos conflitos fundiários. Esse processo revela como a produção do espaço urbano em Goiânia envolveu múltiplos agentes, cujas ações refletiam interesses variados.

Nesse sentido, Cruz (2021) e Guimarães (2019) destacam o papel dos profissionais contratados pelo Estado nos anos 1950, que tentaram dar continuidade à proposta original de Atílio Corrêa Lima, ajustando o traçado da cidade às dinâmicas e pressões do período.

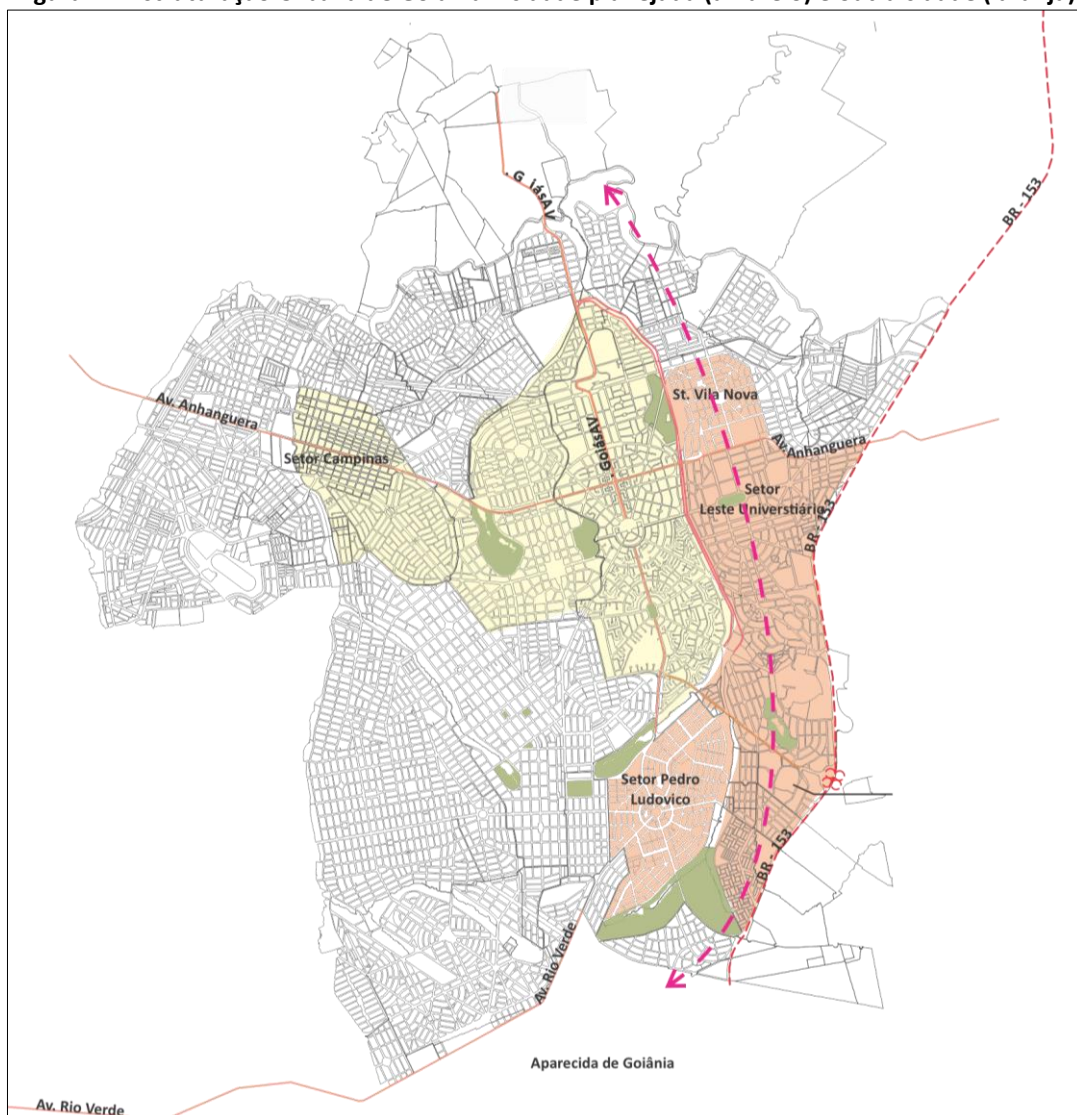
Os autores ressaltam os conflitos de interesse envolvidos, ainda que o governo estadual buscasse manter o controle sobre o crescimento urbano. Durante esse período, a produção do espaço urbano em Goiânia não foi apenas uma questão técnica e objetiva, mas também o resultado da ação de diferentes agentes sobre o território. Pode-se associar esse processo ao pensamento de Bresciani (2002), uma vez que envolve relações concretas e abstratas, demandando uma análise interdisciplinar que abranja as articulações intra e interurbanas.

As mudanças demográficas, especialmente entre os anos 1940 e 1970, transformaram o território e intensificaram a pressão por habitação, em sua maioria para populações de menor renda. Em outras palavras, os recursos limitados desses migrantes impediam a aquisição de terrenos nos bairros planejados inicialmente, levando muitos a se estabelecerem em acampamentos provisórios ou áreas de ocupação irregular, o que impulsionou a expansão urbana mesmo antes da consolidação da área planejada.

Daher (2003) observa que a urbanização de Goiânia ocorreu em um cenário de disputas e pela ação de múltiplos agentes: o poder público, responsável pela ocupação e controle da área aprovada em 1938 e, posteriormente, ampliada em 1947; os proprietários fundiários, donos de terras ao redor do plano-piloto; os loteadores, que comercializavam terras por meio de parcelamentos, aprovados ou não pela prefeitura; e os invasores, grupos de baixo poder aquisitivo que ocupavam áreas públicas ou privadas, promovendo parcelamentos clandestinos que, em alguns casos, acabaram sendo regularizados pelo poder público.

Esses fatores levaram a uma série de modificações em relação ao projeto original, com o surgimento de uma "outra cidade" fruto da intensa migração e do controle estatal sobre as áreas de sua propriedade, além da incorporação de bairros a oeste, em direção a Campinas. Para Pantaleão (2022), a cidade se consolidou pela organização em dois eixos: o oficial, norte-sul, e o leste-oeste, configurado pela própria dinâmica urbana entre as décadas de 1930 e 1960. Nesse contexto, destacam-se alguns bairros, como o Setor Pedro Ludovico, situado ao sul e o Setor Oeste, entre Goiânia e Campinas, ambos em terras originalmente pertencentes ao Estado (figura 14).

Figura 14: Estruturação Urbana de Goiânia – cidade planejada (amarelo) e outra cidade (laranja)



Fonte: Pantaleão, 2022.

Entre o início da construção de Goiânia (1933) e sua inauguração (1942), a população da cidade aumentou de 14.300 para 51.000 habitantes (IBGE, 1970), refletindo uma intensa migração, principalmente de pessoas oriundas de áreas rurais de várias partes do país, mesmo sem áreas inicialmente previstas para o assentamento desse contingente populacional. Esse rápido crescimento populacional é um marco na história de Goiânia: em 1960, a cidade já contava com mais de 150.000 habitantes, alcançando 1 milhão no início do século XXI. Nesse contexto, a produção do espaço urbano foi marcada por conflitos socioespaciais, revelando uma segregação planejada (Moares, 2003), orientada pelo Estado e associada a interesses econômico-fundiários, com o parcelamento de áreas mais concentrado no eixo leste-oeste do que no eixo norte-sul.

As áreas ocupadas irregularmente na cidade assumiam várias formas, incluindo: áreas públicas de preservação ambiental — como regiões próximas a cursos d'água e fundos de vale; áreas estaduais parceladas ou em processo de parcelamento, como os Setores Leste Vila Nova, Leste Universitário e Pedro Ludovico; áreas públicas dentro de loteamentos destinadas a praças e equipamentos públicos (escolas, postos de saúde, etc.); e áreas privadas invadidas. Assim, a compreensão da estrutura urbana de Goiânia exige a análise da atuação do poder público, que buscava regulamentar e promover o crescimento e a ocupação da cidade conforme o plano inicial. No entanto, a cidade também foi impactada pelas pressões de proprietários de terra, agentes loteadores e da população de menor poder aquisitivo, que buscava garantir acesso à moradia digna.

Disso resulta o espraiamento e fragmentação de Goiânia que fora descrito por por Luis Saia⁴ ao propor diretrizes para o ordenamento territorial e expansão urbana e, por conseguinte, guiar as soluções específicas a serem implementadas pelas administrações municipais ao longo de um período extenso. Para Saia, o Plano Diretor não apenas permitiria às cidades analisarem seus próprios problemas, mas também poderia reformar estruturas obsoletas em âmbito estadual, regional e nacional, carentes de planejamento (Mota, 2004, p. 90).

⁴ Na década de 1950 ele se destacou, ao desenvolver planos diretores para cidades como Lins, São José do Rio Preto, Águas de Lindóia e Goiânia, além de contribuir para cursos de urbanismo e planejamento junto ao IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil).

Apesar de traçar um diagnóstico de Goiânia, sua proposta ficou incompleta devido às instabilidades políticas e divergências entre os governos estadual e municipal. Apesar das propostas inovadoras de Saia, suas ideias não ganharam destaque na época, em que pese seu foco na valorização das características locais e na reestruturação urbana, com base em elementos geomorfológicos e históricos da cidade (Mota, 2004, p. 99).

O processo foi marcado por divergências políticas entre os governos estadual e municipal. No entanto, devido às instabilidades políticas nacionais, em 1964, o plano não foi concluído, aprovado e muito menos implementado, conforme o previsto. Embora o contrato estipulasse um trabalho em equipe, Saia desenvolveu grande parte do plano praticamente sozinho, contando com colaborações pontuais de outros profissionais (MOTA, 2004, p. 102).

A expansão urbana de Goiânia reflete a tensão entre o ideal de um ordenamento planejado e a ocupação espontânea de áreas, especialmente nas décadas de 1950 a 1970, período de intenso crescimento populacional. O desenvolvimento de bairros fora dos eixos inicialmente planejados pelo Estado ampliou a fragmentação da paisagem, criando regiões marcadamente distintas em termos de infraestrutura e acesso aos serviços urbanos. Esse processo, fortemente influenciado pela ação de agentes loteadores e pela demanda habitacional crescente, resultou na coexistência de áreas urbanizadas com menor controle estatal, evidenciando uma dinâmica de urbanização que ultrapassou os limites planejados e formou um mosaico de bairros com características socioespaciais díspares.

Mesmo buscando meios de controlar esse processo, como por exemplo, a Lei nº 1566 de 1959 e o Plano Diretor elaborado por Luís Saia, as respostas institucionais não foram suficientes para diminuir a intensa expansão urbana, frente a um cenário de ocupações irregulares e pressões habitacionais.

A estrutura fragmentada resultante dos processos de parcelamento e ocupação compromete a coesão urbana de Goiânia, gerando desafios para integrar os bairros periféricos e consolidar o núcleo urbano de forma equilibrada. A diversidade de perfis e origens dos bairros evidencia tanto a intervenção do poder público quanto os interesses privados que influenciaram a ocupação do território. Essas questões revelam a complexidade de uma paisagem urbana em transformação, onde o planejamento precisa se adaptar continuamente para atender às novas demandas e ao caráter multifacetado que define Goiânia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da estruturação urbana de Goiânia revelou um processo complexo e multifacetado, marcado pela interação entre as tentativas de controle estatal e a ocupação espontânea, que resultou em uma paisagem urbana heterogênea e fragmentada. Embora concebida como uma cidade planejada, Goiânia rapidamente incorporou territórios periféricos, impulsionada pela pressão demográfica e pelos interesses de agentes privados. A atuação desses diversos agentes – incluindo o poder público, proprietários de terras e loteadores – culminou na expansão da cidade e na fragmentação de seu espaço urbano, evidenciando como os interesses econômico-fundiários prevaleceram sobre as diretrizes do plano original. Assim, a cidade se afastou de sua estrutura planejada inicial, formando uma malha urbana que, ao longo das décadas, assumiu características próprias e contraditórias, entre a idealização e a realidade territorial.

O estudo também evidencia a importância de instrumentos de gestão urbana, como o Plano Diretor de 1992, na tentativa de consolidar um modelo de crescimento que valorize o patrimônio histórico e promova o ordenamento territorial considerando a dinâmica urbana. Esse plano foi fundamental por traçar cenários para a expansão da cidade, incluindo estratégias que visavam controlar a ocupação e revitalizar áreas centrais e subcentros. Da mesma forma, a legislação de 1959, embora inicialmente restritiva em relação aos novos loteamentos, abriu precedentes para regulamentar a expansão suburbana, mostrando as oscilações nas políticas públicas ao longo das décadas.

A história urbana da capital, relatada neste trabalho, revela acontecimentos pouco discutidos pelos pesquisadores que focam na concepção e construção de Goiânia. Na literatura, é recorrente que se apontem as discrepâncias entre os projetos de Atílio Correa Lima e Armando Augusto de Godoy – referências em estudos urbanísticos – e a realidade implantada a partir da década de 1930, marcada pela ação conjunta de diversos agentes na produção do espaço urbano. Depreende-se que a ocupação do território goianiense deve ser compreendida pela somatória dos atores mencionados e identificados nesta pesquisa. Nesse sentido, revisar, organizar e sistematizar a vasta massa documental sobre a cidade, atualmente dispersa, torna-se uma tarefa fundamental para o aprofundamento das análises.

Esse estudo contribui para o entendimento das cidades planejadas que, ao se depararem com um crescimento populacional intenso e pressões fundiárias, acabam se distanciando de sua concepção original.

Goiânia, enquanto cidade nova, representa um caso emblemático de urbanização acelerada, cuja expansão territorial se deu de forma não linear, refletindo os desafios enfrentados pelo poder público para gerir o crescimento de maneira ordenada. Em consequência, observa-se como é possível ampliar a compreensão de sua dinâmica urbana por meio do estudo de seus bairros, considerados nessa pesquisa como parte de um mosaico urbanístico.

Estudar esses bairros como elementos ordenadores da estrutura urbana permite identificar a complexa interação entre planos institucionais e ocupação informal e de que maneira a leitura histórica amplia as percepções sobre a dinâmica territorial que, por sua vez, é resultado dos agentes envolvidos na produção do espaço urbano.

Com isso, a abordagem historiográfica sugerida neste estudo aponta para a importância de um olhar detalhado sobre a massa documental e as fontes iconográficas disponíveis, elementos que permitem mapear a ocupação da cidade e indicar as transformações e intervenções mais significativas na sua estrutura urbana. Análises mais acuradas desses registros possibilitam uma compreensão mais completa das mudanças e dos processos que moldaram Goiânia ao longo de sua história, ressaltando como certos eventos e decisões impactaram profundamente a configuração da cidade.

O estudo também sinaliza novas direções para futuras pesquisas, apontando para a relevância de explorar as dinâmicas de bairros periféricos e a formação de subcentros em Goiânia, buscando uma análise integrada entre as transformações espaciais e os interesses econômicos que pressionam o território.

Ao relacionar o crescimento histórico da cidade com os desafios contemporâneos, este estudo reforça a importância de se revisitar o conceito de cidade nova, que transcende o modernismo de seus fundadores, permitindo um diálogo contínuo entre o passado e as necessidades urbanas do presente e futuro.

REFERÊNCIAS

- ACKEL, L. G. M. **Attilio Corrêa Lima**: Uma trajetória para a modernidade. Tese(doutorado), São Paulo, 2007.
- BRESCIANI, M. S. Permanência e ruptura no estudo das cidades. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de F. **Cidade & História** – Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: UFBA, 1992. p. 11-26.
- CRUZ, L. R. **A cidade de Ewald Janssen: uma historização da obra urbanística de um imigrante alemão em Goiânia (1950 a 1970)**. 2021. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.
- DAHER, T. **Goiânia**: uma utopia europeia no Brasil. Goiânia: Ed. Centro-Brasileiro de Cultura, 2003.
- DINIZ, A. **Goiânia de Attilio Corrêa Lima (1932 a 1935)**: Ideal estético e realidade política. Nega Lilo Editora, 2021.
- GOIÂNIA, Prefeitura de. **Coletânea Legislação e Regulamentos do Plano Diretor**. Goiânia: SEPLAM, 2010.
- GOIÂNIA. **Decreto-Lei n.º 574, de 12 de maio de 1947**. Aprova o zoneamento do Município de Goiânia. Goiânia, 1947.
- GOIÂNIA. **Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia — PDIG de 1969**. Goiânia: SEPLAN, 1969.
- GOIÂNIA. Plano Diretor de 1992, vol. 1 e 2. **Diário Oficial do Município de Goiânia nº 1.316**. Goiânia: SEPLAM, 1994. Disponível em: http://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/1994/do_19941223_000001316.pdf
- GONÇALVES, A. R. **Goiânia: uma modernidade possível**. Brasília: Ministério da Integração Nacional / UFG, 2003.
- GUIMARÃES, L. D. **Goiânia, a ‘cidade desplanejada’ do oeste (1950/1980): reflexões sobre a capital goiana nos aportes da coleção Ewald Janssen**. 2019. 191 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.
- MANSO, C. F. A. **Goiânia, uma concepção urbana, moderna e contemporânea**: um certo olhar. Goiânia: Publicação do Autor, 2001.
- MANSO, C. F. A. **A URBS e os seus problemas**: uma lição de urbanismo na trajetória profissional de Armando Augusto de Godoy. 2018. 448 f., il. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- MARX, M. **Cidades no Brasil, em que termos?** São Paulo: Studio Nobel, 1999.
- MORAES, Sérgio de. **O Empreendedor Imobiliário e o Estado**: O Processo de Expansão de Goiânia em Direção Sul (1975-1985). Brasília: Universidade de Brasília, 1991. (Dissertação de Mestrado Arquitetura e Urbanismo).
- PANTALEÃO, S. C. Bairros como elementos de estruturação urbana em Goiânia: análise historiográfica e fontes documentais. **Paranoá, [S. l.], v. 1, n. 33, p. 1–21, 2022**. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/41005>. Acesso em: 20 nov. 2023.
- PANTALEÃO, Sandra Catharinne Pantaleão; TAVARES, Paulo Afonso; MYNSEN, Júlia Souza Abdallah. Dossiê de tombamento do conjunto Art Déco de Goiânia: limiar entre políticas públicas patrimoniais, o desejo de modernidade e construção identitária. **Revista NÓS, Goiás, v. 8, n.1, 2023**. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistanos/article/view/14919>. Acesso em: 1 jun. 2024.
- SICG. Disponível em: < <http://sicg.iphan.gov.br/sicg/relatorio/bem/visualizar/347> > Acesso: 28 abril 2022.
- TREVISAN, Ricardo. **Cidades novas**. Editora UnB: Brasília, 2020.